



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA N.º 06/2024

RELATIVA À SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Quadrinário 2021-2025

No dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e quatro, no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Benavente, realizou-se a segunda sessão extraordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, convocada nos termos conjugados do número 2 do artigo 28.º e da alínea b) do número 1 do artigo 30.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente, relativa ao quadrinário de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, com a seguinte **Ordem do Dia**:

PONTO ÚNICO: PROPOSTA DE 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024 – Reapreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Mário Rui Filipe Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Irina Noel Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Dora Isabel Lúcio Morgado, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádya Isabel Pernes da Silva Matos, Armando Batista de Almeida e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, todos em representação do PPD/PSD; - António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre dos Santos Gameiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação do PS-Partido Socialista; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e Susana Isabel Santos Rosa, todos em representação do Partido CHEGA; Bruno Manuel Soares Nepomuceno, em representação única da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.

Justificou a ausência a eleita Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, do Grupo Municipal do PSD, que foi substituída por Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente.

A esta sessão compareceram, igualmente, o sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho e os srs. Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro Vale e Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU, assim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

como os srs. Vereadores Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor, ambos, em representação do PPD/PSD.

Confirmada a existência de quórum, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte horas e trinta e oito minutos, com a presença de vinte e cinco eleitos.

Cumprimentou todos os presentes, assim como todos aqueles que seguiam a emissão através das plataformas digitais. Relembrou os eleitos para assinarem o Livro de Ponto e referiu a documentação incluída nas pastas individuais de cada um deles.

Recordou que, nos termos do n.º 2 do art.º 37.º do Regimento da Assembleia Municipal, nas sessões extraordinárias apenas têm lugar os Períodos de intervenção do Público e da Ordem do Dia.

Deu início aos trabalhos com o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, para o qual se registarem quatro inscrições: os srs. Ricardo Correia, residente em Samora Correia, Frederico Colaço Antunes, residente em Santo Estevão, Nelson Lopes, residente em Samora Correia e Zulmira Ganhão, residente em Benavente.

O sr. Ricardo Correia queixou-se do aumento do tarifário do consumo de água, que está previsto acontecer no início de janeiro de 2025, alegando que a "Águas do Ribatejo", além de ser uma empresa lucrativa, recebe apoio financeiro de cada um dos seus Municípios associados, não lhe parecendo que haja necessidade de efetuar aumentos junto do consumidor.

Criticou o número elevado de funcionários afetos à empresa, de acordo com aquilo que lhe é dado observar pelas equipas que operam na via pública.

O sr. Frederico Antunes mostrou-se surpreendido com o anúncio da concelhia do PS, de que o seu Vereador, Joseph Azevedo, tinha renunciado aos pelouros que detinha na Câmara Municipal, no âmbito de um acordo de gestão autárquica, celebrado no início do mandato, entre a CDU e o PS. Face à circunstância da CDU dispor apenas de uma maioria relativa, questionou o sr. Presidente da Câmara se tinha a noção das consequências negativas que poderão resultar do rompimento desse acordo e por que razão não atendeu ao conjunto de compromissos que o PS alega não terem sido cumpridos, pondo em causa a estabilidade governativa da autarquia, designadamente, em relação ao processo de aprovação do próximo orçamento.

O sr. Nelson Lopes, na sequência da intervenção proferida pelo sr. Ricardo Correia, defendeu os trabalhadores da empresa "Águas do Ribatejo" face às condições difíceis em que por vezes trabalham, sem que para isso sejam remunerados à altura. Nesse sentido, pediu para que o sr. Presidente da Câmara Municipal esclareça o munícipe daquilo que é a realidade da gestão da empresa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Apontou a existência de um clima opressivo no concelho, que afasta as pessoas de participarem na vida local, por recearem que a sua opinião pública lhes traga complicações várias, ao invés de todos aqueles que fazem parte do sistema, que gravitam em volta dele e a quem são dadas as melhores oportunidades, sem critérios de qualidade e de mérito. A seu ver, esse cenário está bem retratado naquilo que é o quadro de pessoal da Câmara Municipal.

Por último, comentou aquilo que considera ter sido um "casamento" desfeito entre a CDU e o PS, transmitindo que o PS, além de ter traído o Município e os seus munícipes, foi o culpado por julgar que a sua abstenção chegaria para viabilizar a proposta de revisão orçamental, na expectativa de que o PSD e o CHEGA optassem pela abstenção ou mesmo a favor, o que não veio a acontecer. Ainda assim, confia que as forças políticas reconsiderem a sua votação, colocando o Município em primeiro lugar e acima de qualquer interesse partidário.

A findar, usou da palavra a **sra. Zulmira Ganhão**. Disse que se sentia lesada com o valor elevado da fatura mensal do consumo de água, cerca de oitenta euros. Face ao valor baixo da sua pensão de reforma, para além de ter colocado em causa a qualidade da água, deixou o alerta para que autarquia possa resolver casos como aquele que relatou.

Seguidamente, o sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões apresentadas pelos munícipes:

Ao sr. Ricardo Correia clarificou que a Águas do Ribatejo, enquanto empresa intermunicipal, goza de autonomia financeira em relação aos Municípios seus associados, vivendo da receita proveniente da venda dos serviços que presta à população.

Salientou que o seu tarifário, comparativamente a empresas semelhantes na região, pratica valores mais baixos, entre 10 e 50% menos, o que, só por si, é um fator credível que dá garantias da visão estratégica com que foi pensada a sua criação, desde logo por ser de capitais inteiramente públicos, cujos dividendos são aplicados na própria empresa, destinados a servir os investimentos que se mostrem necessários e a controlar o respetivo tarifário.

Acentuou que um dos fatores que tem causado maior impacto nas despesas da empresa, tem sido o consumo energético, que tem vindo a sofrer aumentos significativos ao longo dos últimos anos, decorrentes de cenários imprevisíveis como a Pandemia e a guerra da Ucrânia, mas que é altamente necessário para as operações de captação e distribuição da água, assim como para o tratamento dos efluentes domésticos.

Confirmou que a empresa prevê uma atualização do tarifário, de acordo com o índice harmonizado de preços ao consumidor, que se situa atualmente nos 3,2%, enquanto o aumento proposto é de 2,9%.

Justificou a inevitabilidade do aumento, tendo em conta que a empresa necessita de liquidez para promover os seus investimentos, que englobam toda a vasta geografia dos seus Municípios associados, com características muito dispersas.

Exemplificou com a obra de saneamento básico que há muito vem sendo reclamada pela população da Coutada Velha, em Benavente, com custos aproximados de três milhões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

euros, sendo uma parte financiada por fundos comunitários e outra gerada pela própria empresa, destinado a servir uma população de cerca de 400 a 500 habitantes.

Estabeleceu, igualmente, uma comparação com a cidade de Lisboa, onde o número de quilómetros em condutas é equivalente ao gerido pela empresa, com a diferença de que o seu número de consumidores é de 750 a 800 mil enquanto o da empresa é de cerca de 150 mil, o que transmite bem a dimensão daquilo que são as dificuldades em gerir, financeiramente, a rede servida pelas Águas do Ribatejo.

Para além disso, referiu o fator do endividamento, que no próximo ano deverá atingir cerca de 25 milhões de euros, valor elevado que permite antecipar melhores condições ao nível de equipamentos e de infraestruturas, mas que impactam na gestão do serviço da dívida.

Acrescentou que, face aos desafios que se lhe apresentam, a empresa tem necessariamente de ir buscar recursos financeiros à sua fonte principal de receita, o fornecimento de água, ainda que o seu preço seja nivelado abaixo daquilo que é praticado pela maioria das empresas que operam na região.

Afirmou, ainda, que a empresa não se deve desviar daquilo que é o equilíbrio das contas públicas, necessário à manutenção de um sistema que se pretende viável e que responda às necessidades dos consumidores, embora reconheça as dificuldades por que passam os municípios que têm menores rendimentos, face aos quais a empresa dispõe de uma componente social de descontos para famílias numerosas e de apoio a idosos.

Relativamente à qualidade da água, garantiu que a mesma provém do aquífero de Vale Tripeiro, captada a cerca de 300 metros de profundidade e posteriormente distribuída em dezenas de quilómetros de condutas, sendo que a questão do sabor poderá resultar da presença de cloro, que é adicionado para prevenir contaminações com bactérias.

No que diz respeito ao número de trabalhadores, indicou que o rácio entre estes e o número de clientes é, comparativamente, menor na empresa Águas do Ribatejo.

A findar o tema, aconselhou a muncípe a dirigir-se à delegação de Benavente da empresa Águas do Ribatejo, por lhe parecer excessiva a estimativa de consumo de 24m³ de água.

Ao Sr. Frederico Antunes sublinhou que, atualmente, é recorrente o encontro de soluções de compromisso como aquela que foi encontrada com o PS, com o objetivo de materializar as maiorias necessárias à governabilidade do Município, tendo sido essa a expressão daquilo que a CDU sempre procurou encontrar para melhor servir os interesses da população, desde logo, por que se torna cada vez mais difícil existirem maiorias absolutas confortáveis.

Apelidou a decisão tomada pelo PS, de abandonar o compromisso assumido no início do mandato, de estratégia eleitoralista, que assenta na necessidade que entendem de se *descolar* da CDU, face à proximidade das eleições autárquicas de 2025.

Elogiou o trabalho desenvolvido pelo Vereador Joseph Azevedo e o bom relacionamento que manteve com os eleitos da CDU, referindo que, efetivamente, foram dadas todas as condições para poder executar bem as suas funções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

[Handwritten signature]

Quanto aos pressupostos que não estavam a ser cumpridos e que levaram o PS a romper com esse acordo de 2021, assegurou que todas as questões apontadas no comunicado do PS se encontram a ser desenvolvidas, não se revendo, nem vendo motivos para a tomada dessa posição.

Reforçou que a Câmara Municipal tem vindo a fazer um esforço enorme para melhorar a **recolha de resíduos sólidos**, através da aquisição de novos equipamentos, da implementação de novos projetos e da aplicação de regras de fiscalização.

Defendeu que o cenário desolador de deposição de resíduos, junto aos contentores, se deve não só aos munícipes, como também aos proprietários de empresas, que em muito contribuem para que aconteça.

Informou que a **requalificação prevista para a Coutada Velha** está a avançar, pendente, apenas, do avanço das obras de saneamento promovidas pela empresa Águas do Ribatejo.

Assegurou que está a ser elaborado um estudo para a requalificação integral do **espaço da zona Ribeirinha de Samora Correia**, onde já teve lugar a última edição do Festival do Arroz Carolino, referindo-o como um espaço que foi devolvido às populações, com excelentes condições para a realização dos mais variados eventos.

Relativamente à **obra de ligação, por ciclovia, entre Benavente e Samora Correia**, frisou que, somente, em 12 de julho de 2024, foram publicados os Avisos para as candidaturas a fundos comunitários, estando os respetivos concursos em condições de avançar.

Notou que o programa comunitário "Portugal 2030" já vai com dois anos de atraso, não se podendo avançar com os concursos sem esses Avisos estarem publicados, os quais dão a conhecer os critérios de elegibilidade para as candidaturas ao seu financiamento.

Em relação às **obras dos Foros da Charneca**, onde se inclui a **pavimentação da Rua de Montemor**, lembrou que uma parte dessas obras é da responsabilidade direta da Câmara Municipal de Coruche, tendo o Município de Benavente um valor de reserva de 100 mil euros para custear a parte que lhe compete.

Quanto aos **passeios**, informou que o respetivo projeto se encontra em fase de conclusão, para posteriormente ser lançado o concurso da empreitada, para o qual dispõe já de uma verba dotada de 150 mil euros.

Ao sr. Nelson Lopes fez questão de vincar que não existe nenhum clima de intimidação que impeça as pessoas de se exprimirem à vontade, assim como negou a existência de *compadrios* ao nível da contratação de pessoal para a Câmara Municipal.

Desafiou o munícipe a dar exemplos concretos das alusões feitas, contestando a ligeireza com que o fez, desde logo porque, enquanto Presidente da Câmara Municipal, não tem intervenção nos processos de contratação de pessoal, que são orientados por critérios corretos e por regras bem definidas e não por qualquer influência partidária ou por *cunhas*, ao invés daquilo que acontece, provavelmente, com outras entidades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito António Ribeiro Rabaça pediu autorização para intervir, alegando que o PS tinha sido visado num conjunto de inverdades, que importava esclarecer.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal não deu autorização para o eleito usar da palavra, por força da regra regimental, n.º 4 do art.º 64.º, que limita os esclarecimentos ao público interveniente à Câmara Municipal ou à Mesa da Assembleia Municipal, conforme a natureza dos temas abordados.

O eleito Ricardo Oliveira fez uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, nos termos do n.º 2 do artigo 48.º do Regimento, que se transcreve na íntegra: “Foi durante muito tempo entendimento da Assembleia Municipal que nas sessões extraordinárias, a intervenção do Público se cingisse aos pontos da ordem de trabalhos, para depois as bancadas terem oportunidade de poderem, também, fazer a sua discussão sobre algum assunto que possa ser aqui levantado.

Entendeu-se, desta vez, o público poder falar de todos os assuntos, e bem, quanto a mim, mas, também, deve ser dada oportunidade às bancadas de poderem, no fundo, dizer alguma coisa sobre algum tema que possa ser suscitado, como foi o caso do tema das Águas do Ribatejo, só para constatar que o senhor Presidente da Câmara disse um conjunto de inverdades que mereciam, até, ser contestadas, nomeadamente, que o valor do aumento do tarifário tinha a ver com a inflação, quando isso não acontece. O aumento do tarifário das águas do Ribatejo vai ficar em 2,9% e a inflação prevista em Orçamento é de 2,3%, solicitando, por isso, que o sr. Presidente da Câmara reponha a verdade sobre a taxa de inflação, para o ano de 2025.”

Em resposta, o sr. Presidente da Assembleia Municipal reportou que o eleito se tinha dirigido a si antes do início da sessão para confirmar se o público, nas suas intervenções em sessões extraordinárias, tinha de se cingir ao tema do ponto ou a todos os assuntos, tendo respondido que o Regimento define, através dos n.ºs 2 e 4 do art.º 44.º, que o público poderá solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, sendo que os mesmos são prestados pela Mesa ou pela Câmara Municipal, de acordo com a sua natureza. Nesses termos, não autorizou o eleito a intervir, dando por encerrado o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO ÚNICO: PROPOSTA DE 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024 – Reapreciação a eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:

O sr. Presidente da Câmara Municipal, antes da apresentação da matéria respeitante ao Ponto, pretendeu responder ao eleito Ricardo Oliveira, não tendo sido autorizado a fazê-lo pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelos mesmos motivos que acabara de explicar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Seguiu-se a discussão do Ponto Único:

O sr. **Presidente da Câmara** salientou a pertinência e a relevância dos investimentos que estão em causa, cuja viabilização foi reprovada na última sessão do órgão deliberativo, realizada no dia 27 de setembro de 2024, e que se encontram refletidos na proposta da 4ª revisão orçamental. Desses investimentos, destacou os referentes à ELH-Estratégia Local de Habitação, com financiamento já contratualizado por parte do PRR, que poderá ficar comprometido, num processo exigente e de alguma complexidade, que tem um prazo de execução para cumprir até março/junho de 2026.

Sublinhou que todos os projetos em causa são prioritários e determinantes para os munícipes, muitos deles discutidos e reivindicados pelos próprios eleitos, tendo sido criadas todas as condições para merecerem o voto de aprovação da Assembleia Municipal, o que não veio a acontecer, por reprovação, impedindo a Câmara Municipal de os concretizar.

Nesse contexto, informou que, de imediato, solicitou ao sr. Presidente da Assembleia Municipal o agendamento de uma nova sessão, para que o assunto pudesse ser reapreciado, dando-se mais uma oportunidade ao plenário para rever a sua posição.

Disponibilizou-se para prestar os esclarecimentos necessários.

Aberta a discussão, inscreveram-se os eleitos Paulo Cardoso, Pedro Gameiro, Ricardo Oliveira e Paulo Reis:

O eleito **Paulo Cardoso**, após os cumprimentos habituais, aclarou que o voto contra do CHEGA não foi por estar contra o conteúdo da proposta, mas, sim, pela ineficácia que a Câmara Municipal tem demonstrado na execução dos seus projetos.

Lançou críticas ao Executivo pela inação demonstrada em projetos essenciais, como o da Escola Secundária de Samora Correia, acerca do qual constatou ter tomado conhecimento recente de que não irá ser levado por diante

Considerou que essa forma de fazer política é que levou o PS a romper o acordo com a CDU, por não cumprir com os compromissos assumidos.

Reiterou que o documento em reapreciação mais não é do que promessas de rubricas abertas de investimentos que nunca se irão concretizar, face à incapacidade que tem sido sucessivamente demonstrada pelo Executivo.

Acusou a CDU de ter um conjunto de projetos previstos no seu manifesto eleitoral que não viram, ainda, *a luz do dia*, dos quais enunciou: o jardim e parque infantil, no Porto Alto, junto à AREPA, a creche "miúdos e companhia", que abriu com um ano de atraso, a requalificação dos celeiros de Samora Correia e de Benavente, as requalificações do Museu Municipal e do Rancho Saia Rodada, a conclusão das obras da Ribasor, junto à escola Duarte Lopes, em Benavente.

Quanto ao projeto "primeiro direito", incluído na revisão em apreço, realçou ter sido aprovado em janeiro de 2021, no valor de 32 milhões de euros, sem que, volvidos três anos, nada tenha sido feito, à exceção de alguns projetos aprovados pelo PRR, que já deviam ter sido adjudicados e não o foram, ainda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Apontou, por último, que o fracasso da coligação CDU/PS, apenas, vem provar que o CHEGA é a única alternativa coerente, que se apresenta ao eleitorado.

O eleito Pedro Gameiro, deu as boas-vindas a todos. Justificou a abstenção do PS como sendo um sinal de alerta ao Executivo, por estar a *empurrar* obras para o próximo ano, no valor de cerca de cinco milhões de euros.

Vincou que não foi por culpa do PS que o documento foi rejeitado, mas, sim, pelos votos contra do PSD e do CHEGA.

Questionou quantas obras o Executivo pensa realizar em 2025, ano de eleições, para além das previstas na Revisão em apreço.

O eleito Ricardo Oliveira replicou que o acordo de governação entre CDU/PS é que contribuiu para a estagnação do concelho, comprometendo o bem-estar da população e bloqueando reformas essenciais ao desenvolvimento do concelho, ao invés daquilo que foi anunciado, na altura, de que era um instrumento de estabilidade e de avanço, vindo a culminar com a renúncia dos pelouros atribuídos ao Vereador do PS.

Considerou que essa posição só veio comprovar que as prioridades do concelho têm sido constantemente adiadas em função de divergências partidárias, que têm prejudicado os municípios.

Nesse contexto, considerou que era ao PS que cabia aprovar o documento, uma vez que faz parte do acordo de governação com a CDU, não descartando, contudo, que a falta de entendimento tenha favorecido as duas forças políticas, face à possibilidade de se poderem refugiar em teorias, como a CDU na da vitimização e o PS na da desresponsabilização.

Anunciou a abstenção do Grupo Municipal do PSD, à semelhança daquilo que aconteceu com os seus Vereadores no Executivo, não permitindo que a irresponsabilidade das duas forças políticas prejudique os interesses da população.

Frisou, no entanto, que não se trata de um voto de confiança, nem na CDU, nem, tão pouco, no orçamento do Executivo, que reduz cinco milhões de investimento para 2025, mas, sim, de um voto de responsabilidade perante os cidadãos e de compromisso com a governabilidade, face à urgência em executar os projetos financiados pelo PRR, essenciais para o desenvolvimento de um setor tão importante, como o da habitação.

Adicionou, a propósito, que o Governo atual já garantiu um financiamento para 59000 fogos habitacionais, mais 33000 do que estava definido pelo Governo anterior, com o objetivo de reduzir a crise habitacional e estabilizar os preços no mercado imobiliário.

A terminar, reafirmou a falta de planeamento que tem caracterizado a ação da autarquia, tendo lançado o repto de que se deveria dar início, quanto antes, ao processo de aprovação do próximo Orçamento, para bem da estabilidade governativa do concelho.

O eleito Paulo Reis vincou que os projetos de investimento incluídos na revisão orçamental são cruciais para o desenvolvimento do concelho, essenciais à vida das pessoas, sobretudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

(Handwritten signatures and initials)

os relacionados com as áreas da educação e da habitação e outros, financiados por fundos comunitários, que envolvem milhões de euros a fundo perdido.

Reiterou o compromisso da CDU em prosseguir com o seu mandato até ao fim, independentemente, das circunstâncias que ocorrerem, sempre com o objetivo de honrar os seus compromissos, perante a população, criando condições que melhorem o seu bem-estar e a qualidade de vida.

Transmitiu que a rejeição da proposta, em reapreciação, fez perigar, de certo modo, o futuro imediato em áreas consideradas estruturantes para o concelho, mas que não obstou à apresentação de uma nova oportunidade, para rever posições em direção à sua aprovação.

Apelou a que todos os eleitos assumam a responsabilidade do seu sentido de voto, sublinhando aquilo que verdadeiramente interessa: o acesso das populações a mais equipamento escolar e a mais habitação, entre outras respostas que o documento contém, que poderão ser concretizadas através da sua aprovação.

O eleito António Rabaça Ribeiro invocou dois motivos para a rejeição inicial da proposta de revisão, sendo que o primeiro foi por culpa do sr. Presidente da Câmara, por não ter sabido convencer o plenário das vantagens e da necessidade da sua aprovação e o segundo pelos dez votos contra, sete do PSD e três do CHEGA, não se podendo, por isso, atribuir culpas ao PS pela sua inviabilização.

Observou que, durante a sessão anterior, o sr. Presidente da Câmara deveria ter clarificado melhor o risco de ficarem cerca de cinco milhões de euros em projetos, tendo questionado por que motivo as nove rubricas ligadas aos projetos de habitação, foram abertas, somente, na proposta de Revisão e não no Orçamento inicial.

Elucidou que a renúncia do Vereador do PS partiu da sua própria vontade, discordando da ideia de que a mesma possa ter tido repercussões na gestão das Juntas de Freguesia, além de que o compromisso de governabilidade entre a CDU e o PS já tinha sido replicado anteriormente na Junta de Freguesia de Benavente, durante o mandato de 2017/2021.

Deu nota, ainda, que o PS não tem a obrigação de votar a favor todas as deliberações do Executivo, que tenham de passar pelo crivo da Assembleia Municipal.

O eleito Bruno Nepomuceno, deu as boas-vindas a todos. Como exemplo de boa partilha entre as diversas forças políticas que se juntam para viabilizar a governação das autarquias, reportou o trabalho das Comissões Específicas da Assembleia Municipal, que consensualizam entre os seus membros, representantes de todas as forças políticas, muitas das matérias que são discutidas em plenário. Noutro exemplo, referiu aquilo que aconteceu nos dois últimos mandatos em relação à Assembleia de Freguesia de Benavente, onde foi possível acordar entre a CDU e o PS a viabilização dos Executivos da Junta, sem que tivesse havido qualquer acordo escrito, nem quebra do compromisso assumido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Usando da palavra para responder às questões suscitadas, o sr. Presidente da Câmara Municipal manifestou o seu desacordo perante alguma da retórica que tinha acabado de ouvir, utilizada para justificar *em palco*, de forma demagoga, aquilo que não tem justificação, assistindo a narrativas de luta pelos interesses dos munícipes, que esquecem pouco tempo depois, quando se afastam daquilo que é a forma correta e verdadeira de tratar os assuntos. Retorquiu que aquilo que verdadeiramente o move é a vontade de conduzir o mandato até ao fim, com empenho e afinco, próprios de quem tem por objetivo maior servir a população. Disse estar determinado a tudo fazer para a concretização da **futura escola secundária de Samora Correia**, num caminho onde não precisa de vender ilusões, nem de enganar a população.

Avivou que o projeto ronda os quinze milhões de euros, não tendo a Câmara Municipal capacidade financeira para o executar, ainda que o mesmo seja da competência do Ministério da Educação. Contudo, o arrastar da situação levou a Câmara Municipal a decidir avançar com a compra do respetivo terreno, no valor de quase dois milhões de euros, na tentativa de procurar viabilizar a sua construção. No momento, aguarda-se a possibilidade de ser contraído pelo Governo Central um empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos para o financiamento da obra.

Explicou que o orçamento é um instrumento de gestão de carácter provisional, que espelha tudo aquilo que são as intenções projetadas pelo Executivo, havendo, contudo, algumas variáveis que condicionam o desenvolvimento normal de determinados investimentos, provocando o seu arrastamento.

Nesse sentido, passou a explicar, detalhadamente, o conteúdo da 4ª Revisão Orçamental: Indicou os dois objetivos que a nortearam: o primeiro, a **inscrição de uma verba nova de 81.563,00 euros**, respeitante a comparticipações que foram obtidas, em resultado de iniciativas tomadas no âmbito dos **bio resíduos**, da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens** e do **programa de generalização da fruta escolar**, sendo que essa verba deverá ser inscrita na receita, para poder ser movimentada; o segundo, tem a ver com o andamento dos projetos que, no caso da **habitação**, são de uma grande complexidade e exigência, tendo havido a necessidade, no âmbito da CIMLT, de serem definidos os gabinetes que iriam desenvolver as ELH, tendo sido selecionados e distribuídos por cada um dos Municípios associados.

Garantiu que a Câmara Municipal de Benavente cumpriu com o seu dever, contratualizando os projetos e a sua revisão, os quais se encontram já disponíveis. Assumiu, porém, que alguns deles poderiam estar numa fase mais avançada, não fosse a rejeição da Revisão em setembro último, enquanto que outros aguardam pela sua aprovação, para poderem avançar.

Confirmou a inscrição, no orçamento para 2024, da receita proveniente do PRR para a habitação, sem que os seus projetos estejam, ainda, concretizados. Saliu, contudo, que algumas das candidaturas apresentadas foram assinadas apenas em junho de 2024, e só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

depois de estarem reunidas todas as condições, é que se submeteu a apreciação do órgão deliberativo, em setembro último, a 4ª Revisão orçamental, com vista à sua concretização.

Complementou que o cabimento é imperativo para o lançamento de qualquer empreitada, inscrevendo-se nos instrumentos previsionais a verba existente para poder vir a ser movimentada, nos termos daquilo que são as regras da contabilidade pública. Referiu que aquilo que se fez foi considerar para 2025 e 2026 a concretização das nove candidaturas ligadas à habitação, de modo a possibilitar o lançamento dos respetivos concursos, o que não poderia acontecer, se as verbas não estivessem inscritas para esse efeito.

Alertou novamente para o risco de se perderem as verbas do PRR, a fundo perdido, caso a sua execução não se concretize até março/junho de 2026, havendo, igualmente, o risco dos concursos de empreitada poderem vir a ficar desertos de concorrentes. Entraves que não prevê possam vir a acontecer, ciente que, da parte da autarquia, tudo tem feito para alcançar o objetivo da concretização no prazo estipulado, tendo acusado a oposição de querer seguir um outro caminho diferente, que não esse.

Continuou referindo-se aos outros projetos de investimento contemplados na Revisão, começando pelos do setor da **Educação**, previstos na Carta Educativa, aprovada em fevereiro passado, e que contém uma série de intervenções destinadas a dar resposta às dificuldades existentes nessa área.

Informou que o financiamento desses investimentos tem várias proveniências, sendo o da escola secundária de Samora Correia assegurado pelo Governo, enquanto outros, da iniciativa da Câmara Municipal, tendo sido contratualizados através do "Portugal 20-30", cujo valor de financiamento é de 85%, mas que está com dois anos de atraso, não se podendo avançar com nenhum deles sem que estejam disponíveis os Avisos, por parte do INALENTEJO.

Deu nota que o Aviso para as escolas foi publicado a 10 de julho último, sendo necessário que as obras estejam cabimentadas para avançar com as respetivas candidaturas, que se referem às seguintes intervenções: - **ampliação da escola da Lezíria, em Samora Correia**, com mais quatro salas de pré-escolar; - **ampliação da escola das Areias, em Benavente**, com mais seis salas de 1º ciclo e mais uma sala de pré-escolar. Esclareceu que os projetos se encontram em fase de finalização, tencionando lançar as empreitadas logo que seja possível, para que possam ser colocados ao serviço da comunidade escolar.

Outro dos investimentos a que se referiu e que está incluído, igualmente, na proposta de Revisão é o do **Arranjo Urbanístico da Coutada Velha**, de que toda a gente fala e reivindica, constando de uma intervenção em duas ruas, confinantes com a igreja.

Notou que a obra depende da construção das redes de águas residuais e pluviais, que, por sua vez, não podem avançar sem a execução da rede de saneamento básico, a cargo da empresa Águas do Ribatejo, sendo certo que só após essas intervenções estarem concluídas é que se pode avançar com o arranjo urbanístico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Assinalou que a **construção da Casa Mortuária de Benavente** é outro dos projetos de grande relevância que aguardam pela aprovação do documento da Revisão, não negando o seu percurso acidentado, mas que depois de um trabalho de consensualização, entre as partes envolvidas, foi possível chegar a uma solução do agrado de todos. O estudo prévio já foi aprovado, estando o projeto em fase de elaboração, com o intuito de se avançar rapidamente com a sua concretização, o que não será possível sem que o custo da obra esteja cabimentado.

Continuou mencionando as **ciclovias**, recordando que é um dos compromissos que fazia parte do acordo de governabilidade com o PS, que tem como objetivo a ligação das duas ciclovias entre Benavente e Samora Correia. O projeto está em fase de finalização, tendo sido decidido, também, aproveitar o que está disponível ao nível dos fundos comunitários nessa área, tendo o Aviso correspondente sido publicado somente a 12 de julho de 2024, aguardando-se a aprovação da Revisão para se avançar com a candidatura.

Por último, apontou a obra de **requalificação da estrada dos Arados**, informando que irá ser intervencionada desde a rotunda da EN 10 até ao largo do centro social, ao nível de passeios e de infraestruturas de telecomunicações, em partilha com a fábrica João de Deus, tendo o respetivo projeto de execução já sido concluído.

Repetiu que toda a informação respeitante à matéria em apreço foi disponibilizada, em tempo, aos srs. Vereadores e aos srs. eleitos da Assembleia Municipal, para que se pudessem inteirar e preparar para a sua discussão e votação. Ainda que perceba que o aproveitamento do *palco* para fazer política não deixa de ser um caminho mais fácil e atrativo, não pode deixar escapar a oportunidade de repor aquilo que é a verdade dos factos.

Confirmou não só a redução do orçamento no valor de cinco milhões de euros, como também relevou a importância dessa verba se destinar a suportar financeiramente a execução dos investimentos na habitação.

A concluir, aludiu ao facto de nas últimas eleições autárquicas, a população não ter dado maioria absoluta à CDU, tendo assumido, nessas condições, a responsabilidade de governar a autarquia. Todavia, considerou que uma quota parte dessa responsabilidade deve ser, igualmente, estendida aos eleitos da oposição, tendo em conta que, também eles, são defensores daquilo que são os interesses das populações, os quais se encontram bem refletidos no conjunto de investimentos que se pretende ver aprovados, por via da proposta de Revisão.

Garantiu, mais uma vez, a intenção de cumprir o mandato até ao fim, colocando os municípios no centro da filosofia da sua ação, sempre em busca de novas formas de melhorar a sua qualidade de vida e o seu bem-estar, sendo esse o seu foco e não objetivos eleitoristas, como alguns pretendem fazer crer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Handwritten signature and initials in the top right corner.

O eleito **Ricardo Oliveira** notou que o PS, desde o início do mandato atual, se tem posicionado de forma diferente nos dois órgãos do Município, enquanto na Câmara Municipal tem uma atitude, na Assembleia Municipal tem outra, aparentemente, focado no combate ao PSD. Ao invés disso, o PSD centra-se em mostrar alternativa e em retirar a CDU do poder.

Notou, ainda, que a bancada do Grupo Municipal do CHEGA está a mudar a sua postura, mais vincada e diferente desde o começo do mandato, chegando a dar o benefício da dúvida a orçamentos da CDU e a mão ao PS. Espera que venha a adotar uma posição mais eficaz à gestão da CDU, o que não foi demonstrado nos últimos três anos.

A terminar, citou parte do conteúdo de uma intervenção proferida pelo sr. Presidente da Câmara na reunião de 14.10.2024, "(...) a CDU teve oportunidade de contactar o PS em função da posição que tomou e daquilo que foi sendo noticiado, tendo o PS transmitido que está em condições de viabilizar a 4ª Revisão ao Orçamento e às GOP de 2024."

Na sequência, perguntou ao sr. Presidente da Câmara com quem é que tinha falado, se foi com o PS da Câmara Municipal ou com o PS da Assembleia Municipal e o que significava isso de estar em condições de viabilizar a proposta de Revisão.

O eleito **António Rabaça Ribeiro** lembrou que o sr. Presidente da Câmara não tinha respondido, ainda, à sua pergunta sobre os motivos que levaram à abertura de nove rubricas de habitação, em sede de 4ª Revisão e não em sede do Orçamento inicial, uma vez que os investimentos já estavam previstos.

O eleito **Paulo Cardoso** respondeu ao eleito Ricardo Oliveira, registando aquilo que considera ser uma incoerência do PSD, ao mudar o seu sentido de voto, de contra para a abstenção, decorrido um mês, apenas, e sem que tenha sido alterada a proposta de Revisão.

Reiterou que não coloca em causa a utilidade dos investimentos que constam do documento da Revisão, aquilo que não tolera é que, ao longo dos dois últimos anos, foi dando o benefício da dúvida ao Executivo, na expectativa de que os mesmos fossem sendo executados, o que não aconteceu, face ao valor dos saldos de gerência que foram surgindo, por via de projetos não executados. A partir daí, o CHEGA decidiu reprovar os orçamentos e revisões, tencionando manter essa posição até ao fim do mandato, uma vez que não reconhece capacidade ao Executivo de os levar por diante, crendo ser essa a única forma de abrir caminho à retirada da CDU do poder, para dar entrada ao CHEGA.

O eleito **Pedro Gameiro** antecipou a resposta ao eleito Ricardo Oliveira.

Transmitiu que, mesmo depois do PS, numa reunião marcada para o efeito, ter indicado as razões que o levaram a retirar os pelouros atribuídos ao seu Vereador Joseph Azevedo, teve a oportunidade de falar novamente com o sr. Presidente da Câmara Municipal, garantindo-lhe que o PS iria manter a sua coerência, abstendo-se na votação.

Observou que o sr. Presidente da Câmara lhe tinha manifestado, igualmente, a sua preocupação pela forma pouco responsável com que o PSD tinha tratado o dossier da Revisão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Orçamental, advogando, como razão para isso, que o PSD não deve ter analisado previamente a documentação, na medida em que se o tivesse feito, decerto não teria votado contra.

Frisou estar convicto de que o documento irá ser aprovado, tanto mais que o PSD, na reunião da Câmara Municipal onde foi decidida a reapreciação, 14 de outubro de 2024, voltou atrás na sua posição, abstendo-se.

Completo, aconselhando o PSD a estudar melhor os dossiês, de modo a evitar figuras, como aquela que fez.

O sr. Presidente da Câmara sublinhou não ter por hábito difundir as conversas que mantém com os eleitos, tendo, no caso, resolvido fazê-lo por ter sido acusado pela sra. Vereadora do PSD, Sónia Ferreira, de não ter feito as diligências necessárias para garantir a aprovação do documento.

Nesse sentido, respondendo, igualmente, ao eleito Ricardo Oliveira, deu a conhecer que, após a rejeição do documento, tomou a iniciativa de contactar o eleito Pedro Gameiro, Coordenador da concelhia do PS, para uma reunião conjunta, onde, para além de ter sido confrontado com a decisão da concelhia do PS de renunciar aos pelouros atribuídos ao Vereador Joseph Azevedo, recebeu da sua parte a garantia de que estavam reunidas as condições para viabilizar a 4ª Revisão Orçamental.

Quanto à existência de **rubricas abertas com dotações entre 500 e 1000 euros**, esclareceu que não é possível lançar um procedimento plurianual se a rubrica não estiver considerada no ano de 2024, sendo que esses pequenos valores servem, somente, para manter a rubrica aberta durante esse ano, permitindo a inscrição de dotação para 2025 e 2026.

Justificou que as rubricas não foram incluídas no orçamento inicial, por se desconhecer a estrutura dos projetos a candidatar ao financiamento do PRR, que dependiam da aprovação do IHRU, o que veio a acontecer depois.

Complementou que se trata de uma questão de operacionalidade e de respeito pelas regras da contabilidade pública.

Terminada a discussão, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** avançou para a votação do ponto Único: PROPOSTA DE QUARTA REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024, que foi **aprovada, por maioria**, com nove votos a favor da CDU, três votos contra do CHEGA, e treze abstenções, sendo sete do PSD, cinco do PS e uma da CIMB.

O eleito Paulo Cardoso, do Grupo Municipal do CHEGA, procedeu à leitura de uma **declaração de voto**, justificativa do seu sentido de voto, que se reproduz na íntegra:

“O Grupo Municipal do CHEGA, reconhecendo o valor desta 4ª Revisão ao Orçamento, apenas e só para que fique claro, vota contra por não reconhecer qualquer tipo de mérito ou de qualidade de execução destas mesmas rubricas que estão por passar para o próximo orçamento, inclusivamente, ficamos espantados que, no último ano do mandato, que é ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

de eleições, se vão fazer todos os tipos de projetos, inclusive os três milhões de euros anunciados pelo sr. Presidente da Câmara para o saneamento básico da Coutada Velha no último ano, que, por coincidência, é ano de eleições, nada será concretizado, a não ser com a mudança deste Executivo e a única força política aqui que tem capacidade de execução e profissionais à altura será o CHEGA.”

O eleito António Rabaça Ribeiro, do Grupo Municipal do PS, procedeu, igualmente, à leitura de uma **declaração de voto**, justificativa do seu sentido de voto, que se reproduz na íntegra, tendo feito entrega na Mesa do mesmo documento sob a forma escrita, que constitui o **anexo número um** à presente ata, de que faz parte integrante:

“Pelo art.º 25.º, n.º 1, da Lei 75/2013, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, bem como as respetivas revisões e, por essa razão, a proposta da 4ª revisão ao Orçamento de 2024 foi reprovada, com dez votos contra e nove a favor, na 5ª sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Considerando que as nove rubricas do Orçamento que se pretendem agora abrir para lançar concursos, com um valor de 500 euros cada, já deveriam constar da proposta de orçamento aprovado para 2024, por se preverem essas obras;

Considerando ainda que, a 93 dias do final do ano, transferir cinco milhões e quinhentos mil euros de investimento, de 2024 para o ano de 2025, significa o adiamento de obras importantes e estruturantes,

1. O Grupo Municipal do Partido Socialista reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável de Benavente e com o bem-estar dos seus cidadãos, trabalhando de forma responsável e construtiva, sempre em prol dos interesses da comunidade.
2. Reitera que a abertura dos procedimentos é necessária e crucial para o progresso de Benavente e que foi por esta razão que se absteve na última assembleia na votação neste ponto, porque, embora não concordasse com a proposta apresentada, entendeu não inviabilizar um assunto de importância estratégica para a população, ao contrário do que outros fizeram, reprovando a 4ª revisão orçamental.
3. Mantém a crítica em relação à não execução orçamental por parte do executivo e do responsável máximo, o seu presidente, situação esta que levou à necessidade da 4ª revisão orçamental. Esta situação é inaceitável e prejudica o desenvolvimento do Município. E porque não abdica das competências de apreciação e fiscalização que a Lei 75/2013 confere aos seus eleitos, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Benavente, nesta conformidade, pelas razões acima expostas e porque os pressupostos para a votação não se alteraram, **ABSTÉM-SE em relação à proposta** apresentada.

Benavente, 25 de outubro de 2024

O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Finalizada a leitura das declarações de voto mencionadas, o **sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, após o que anunciou a leitura da MINUTA DA ATA, tendo, para o efeito, dado a palavra à Primeira Secretária da Mesa da Assembleia, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão.

Lida a MINUTA DA ATA, procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**, constituindo o **Anexo número dois** à presente ata, de que faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, o **sr. Presidente da Assembleia Municipal** despediu-se e agradeceu a participação de todos nos trabalhos da sessão, dando a mesma por encerrada pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual para constar e demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na primeira reunião da sessão ordinária de dezembro de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, tendo sido aprovada por unanimidade, após o que foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Mesa da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

-Mário Rui Filipe Santos-

A Primeira-Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

-Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão-

O Segundo-Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente

-José Duarte Salgueiro-

A Coordenadora Técnica

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-



ANEXO ①

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

II Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Benavente de 25.10.2024

Ponto único – PROPOSTA DE 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024

DECLARAÇÃO DE VOTO

Pelo Art.º 25, nº 1, da Lei 75/2013, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, bem como as respetivas revisões e por essa razão, a proposta da 4ª revisão ao Orçamento de 2024 foi reprovada com dez votos contra e nove a favor, na 5ª sessão Ordinária da Assembleia Municipal,

Considerando que as nove rubricas do Orçamento que se pretendem agora abrir para lançar concursos, com um valor de 500 euros cada, já deveriam constar da proposta de orçamento aprovado para 2024, por se preverem essas obras,

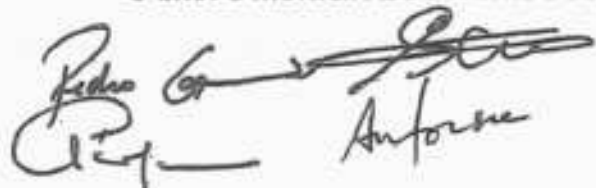
Considerando ainda que, a 93 dias do final do ano, transferir cinco milhões e quinhentos mil euros de investimento, de 2024 para o ano de 2025, significa o adiamento de obras importantes e estruturantes,

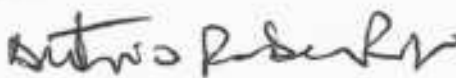
1. O Grupo Municipal do Partido Socialista reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável de Benavente e com o bem-estar dos seus cidadãos, trabalhando de forma responsável e construtiva, sempre em prol dos interesses da comunidade.
2. Reitera que a abertura dos procedimentos é necessária e crucial para o progresso de Benavente e que foi por esta razão que se absteve na última assembleia na votação neste ponto, porque, embora não concordasse com a proposta apresentada, entendeu não inviabilizar um assunto de importância estratégica para a população, ao contrário do que outros fizeram, reprovando a 4ª revisão orçamental.
3. Mantém a crítica em relação à não execução orçamental por parte do executivo e do responsável máximo, o seu presidente, situação esta que levou à necessidade da 4ª revisão orçamental. Esta situação é inaceitável e prejudica o desenvolvimento do Município.

E porque não abdica das competências de apreciação e fiscalização que a Lei 75/2013 confere aos seus eleitos, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Benavente, nesta conformidade, pelas razões acima expostas e porque os pressupostos para a votação não se alteraram, **ABSTÉM-SE em relação à proposta apresentada.**

Benavente, 25 de Outubro de 2024

O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA.


Pedro Gonçalves
António


António Ribeiro

Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Benavente



ANEXO (2)

Handwritten signatures and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 25 de outubro de 2024 - Mandato 2021 - 2025

Hora de início: 20.38 horas
Hora de termo: 22.40 horas
NÚMERO DE PRESENCAS: 25 eleitos
CDU: Mário Rui Filipe Santos, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão, José Duarte Saigueiro, Irina Noel Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, e Joaquim Correia Castanheiro.
PPD/PSD: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Dora Isabel Lúcio Morgado, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádía Isabel Pernes da Silva Matos e Armando Batista de Almeida.
PS: António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro e António Manuel Quaresma Serrano Galveia.
CHEGA: Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e Susana Isabel Santos Rosa.
CIMB (Candidatura independente pelo Município de Benavente): Bruno Manuel Soares Nepomuceno.
Presidentes das Juntas de Freguesia: de <u>Benavente</u> , Inês Branco Almeida Vieira Correia (CDU); de <u>Samora Correia</u> , Augusto José Ferreira Marques (CDU); de <u>Santo Estevão</u> , Nelson Alexandre da Silva Norte (PSD), e da <u>Barrosa</u> , Ana Margarida da Silva Fonseca (PS).
FALTAS: Justificou a ausência a eleita Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco , do Grupo Municipal do PSD, que foi substituída por Maria da Graça Oliveira Nobre Vicente .
OBSERVAÇÕES: Compareceram também a esta Sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, Hélio Manuel Faria Justino, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor.
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Ricardo Correia, residente em Samora Correia, Frederico Colaço Antunes, residente em Santo Estevão, Nelson Silva Lopes, residente em Samora Correia e Zulmira Ganhão, residente em Benavente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 25 de outubro de 2024 - Mandato 2021 - 2025

[Handwritten signatures and initials]

PONTO ÚNICO	PONTO ÚNICO - PROPOSTA DE 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024 – Reapreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9, na sua redação vigente.					
APROVAR	X		FAVOR	9	CDU	
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	3	CHEGA	
RATIFICAR		MAIORIA	X	ABSTENÇÃO	13	7 PSD, 5 PS, 1 CIMB.
RETIRAR DA OT			QUALIDADE			

DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, A PROPOSTA DE 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2024.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Fonseca Cardoso; Pedro Alexandre dos Santos Gameiro; Ricardo Alexandre Frade de Oliveira; António Paulo Ramos dos Reis, António José Rabaça Silva Ribeiro e Bruno Manuel Soares Nepomuceno.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.

Os eleitos António José Rabaça Silva Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, do Grupo Municipal do CHEGA apresentaram, cada um deles, declaração de voto oral justificativa do seu sentido de voto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 25 de outubro de 2024 - Mandato 2021 - 2025

APROVAÇÃO EM MINUTA

APROVAR			FAVOR		
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE X	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

Aprovada, por unanimidade, em MINUTA, a deliberação relativa ao Ponto Único da Ordem do Dia, podendo a mesma adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente.

A presente minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de três, rubricadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, Mário Rui Filipe Santos, pela Primeira Secretária, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, pelo Segundo Secretário, José Duarte Salgueiro, e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Mesa,

-Mário Rui Filipe Santos-

O Segundo Secretário,

-José Duarte Salgueiro-

A Primeira Secretária,

-Maria Gertrudes O. Borracha Pardão.-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-